

# A PEC 241/2016

**▶ A DEFESA DE UM  
IMPORTANTE PROJETO  
ESTÁ EM SUAS MÃOS.**

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES NACIONAL  
Endereço: Câmara dos Deputados, anexo I – 26º andar  
Cidade: Brasília – DF  
CEP: 70160-900  
Fones: (61) 3216-9758 / 3325-5510

Presidente: Moreira Franco  
Vice-presidente de Formação Política: Eliseu Padilha  
Vice-presidente de Relações Institucionais: Lelo Coimbra  
Secretário Executivo: João Henrique Sousa  
Secretário de Gestão: Francisco Donato

Impressão: Athalaia Solução Digital  
Tiragem: 2 mil exemplares  
Distribuição gratuita

# SAINDO DA CRISE

- **A nossa situação é grave. Nós estamos com uma dívida pública muito grande.** Só há três caminhos para equilibrar as contas do governo: aumentar impostos, deixar a inflação crescer para que ela corra o valor da dívida pública ou controlar as despesas do governo. Nós vamos querer voltar para a hiperinflação? Nós vamos aguentar mais aumento de carga tributária? Ou vamos fazer o esforço de controlar a despesa pública, reequilibrar a economia e voltar a crescer?
- **Não controlar as despesas significa aumento de carga tributária e mais inflação.** Entre 1997 e 2015, a despesa da União triplicou em termos reais. Se a despesa continuar a crescer nesse ritmo, não haverá dinheiro para pagá-la. A menos que a população esteja disposta a pagar cada vez

mais imposto. Mas não se pode continuar aumentando a carga tributária indefinidamente.

- **Governo em má situação financeira acaba tendo que pagar juros mais altos,** pois o seu risco de não pagar o que deve aumenta. *Deficit* público crescente e juros mais altos aceleram o crescimento da dívida. A dívida bruta da União disparou de 53,8% para 70% do PIB.
- **O País não está em uma crise passageira, que se resolverá sozinha.** Nós estamos vivendo o esgotamento de um longo período em que a despesa pública só cresceu. Ocorre que a sociedade não aguenta mais o aumento de impostos, e as despesas continuam subindo. É inevitável conter a expansão dos gastos. Do contrário, o País quebra.

- **Estamos novamente sob o risco de hiperinflação.** Sem um ajuste fiscal, o Plano Real não teria dado certo. Agora estamos mais uma vez sob o risco de falência do governo e hiperinflação. É preciso conter o crescimento desordenado dos gastos para que isso não ocorra.
- **O melhor caminho é controlar o crescimento das despesas.** Elas precisam crescer mais devagar, do contrário, o governo vai quebrar e prejudicar o fornecimento de serviços públicos básicos e o pagamento de aposentados, pensionistas e servidores públicos, por exemplo.
- **Muita gente pensa que, quando o governo gasta, ele estimula o crescimento da economia.** Quando o governo está muito endividado, aumenta a chance de que ele não tenha dinheiro para pagar seus compromissos. Isso cria muita incerteza. As em-

presas diminuem seus investimentos e isso derruba o crescimento econômico.

- **Menos crescimento econômico significa menor arrecadação de impostos.** Entra-se em um ciclo vicioso: o desequilíbrio fiscal derruba a economia, e a queda da economia piora a situação fiscal. Estamos em situação difícil: não há como financiar o crescimento real de 6% ao ano dos gastos públicos e a economia já acumula queda do PIB de 7% em dois anos.
- **A aprovação da PEC atuará na causa fundamental do problema fiscal, que é o crescimento acelerado do gasto.** Vai sinalizar para a sociedade que o desajuste das contas públicas será resolvido. Haverá aumento da confiança das empresas, que retomarão os investimentos, gerando crescimento econômico e empregos. As receitas públicas reagirão, reforçando o processo de ajuste.

- **Com a aprovação da PEC, o Tesouro Nacional precisará de menos empréstimos.**

Sobrarão mais recursos no mercado para financiar o investimento privado, o que levará à queda da taxa de juros, que impulsionará o investimento, o crescimento e a geração de empregos. Juros mais baixos

vão frear o aumento da dívida pública.

- **Desajuste das contas públicas gera inflação,** e o maior prejudicado pela inflação é o pobre, que não tem acesso a investimentos que protegem o dinheiro de ser desvalorizado.

## CONQUISTAS SOCIAIS

- **A PEC preserva e consolida as conquistas sociais.** Não há conquista social com 12 milhões de desempregados. Como é que o governo vai arrecadar mais para financiar políticas sociais se o desequilíbrio das contas públicas jogou o País na recessão?

- **Se o governo continuar gastando no ritmo atual, em pouco tempo não haverá dinheiro para custear as políticas sociais.** Equilibrar as contas públicas é fundamental para que as políticas im-

portantes para os mais pobres e vulneráveis sejam mantidas e ampliadas.

- **A recuperação do crescimento vai elevar as receitas dos estados e municípios** com os fundos FPE e FPM, viabilizando ampliação do financiamento das políticas sociais locais.

- **A principal política social é a recuperação do emprego.** Com ela, as famílias recuperam sua emancipação econômica e o País vai poder garantir igualdade de oportunidades para todos.

## REDUÇÃO DOS JUROS

- **Quem é contra a PEC de controle dos gastos é a favor dos juros altos.** Somente controlando os gastos é que será possível reduzir os juros. E, sem reduzir os juros, o País não conseguirá voltar a crescer.
- **Com a aprovação da PEC, os juros vão cair** e vai haver mais recursos para financiar as políticas públicas.

## O CASO DA GRÉCIA

- **Se não fizermos o controle da despesa de forma organizada e gradual, haverá uma crise fiscal** que vai forçar um corte de despesa abrupto e um colapso dos serviços públicos. Vejamos o que aconteceu na Grécia, onde uma dívida pública muito alta fez os investidores duvidarem da capacidade de pagamento do país, ao mesmo tempo em que o governo e o parlamento demoraram a chegar a um consenso político sobre a necessidade de fazer ajuste. O país quebrou. Ficou sem dinheiro para pagar suas contas:
  - Em 2012, 10% dos estudantes gregos da escola básica e média sofriam de insegurança alimentar;
  - Taxa de desemprego chegou a 28% em 2013;
  - Sucessivos fechamentos dos bancos para evitar corrida bancária, deixando as empresas e famílias sem acesso a seus recursos por várias semanas;
  - 100 mil crianças entraram no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família;
  - Desabastecimento de produtos essen-

- Demissão em massa de funcionários públicos;
- Duas mil escolas foram fundidas para reduzir custos da educação;
- Quatro mil professores e guardas escolares foram colocados em licença de oito meses com salários reduzidos;
- Cortes nos salários de funcionários públicos e nos valores de aposentadorias e pensões;
- Aumentos generalizados de impostos;
- Greves gerais e conflitos sociais, com mortes, invasão de prédios públicos,

inclusive do parlamento, tornaram o ajuste de alto custo social.

- **A Grécia passou por todos esses problemas e teve uma queda de renda *per capita* da ordem de 10%.** O Brasil, antes mesmo de chegar a um estágio tão avançado da crise fiscal, também já perdeu 10% de renda *per capita*.
- **O problema é que o Brasil é muito mais pobre que a Grécia.** Enquanto o PIB por habitante da Grécia, em 2015, era de US\$ 18 mil, o do Brasil era de apenas US\$ 8,5 mil.

## SERVIÇOS PÚBLICOS

- **Não haverá recursos para a saúde e a educação se o País entrar em depressão crônica.** O PIB não crescerá, a receita pública não crescerá, diminuindo os recursos disponíveis para todas as políticas públicas.

- **Veja o que já está acontecendo na vida real:** “Adolescentes deixam escola para buscar emprego – A deterioração no mercado de trabalho levou a um aumento na busca de adolescentes por emprego, o que está ajudando a piorar a evasão escolar no

país (...) À medida que as pessoas de mais importância no domicílio perdem o emprego, a tendência é que os outros moradores busquem um trabalho ou ajudem um parente em alguma atividade para complementar a renda”

*Jornal O Estado de S. Paulo, 30/8/16.*

- **Com o sucesso da PEC, o País crescerá e os serviços públicos melhorarão** e terão financiamento abundante.
- **Ou tomamos um caminho que recupere o crescimento e a capacidade de financiamento das políticas públicas,** ou afundaremos na recessão e no desemprego, apenados a uma luta por recursos públicos cada vez mais escassos.
- **O principal gasto em educação está fora do limite da PEC.** O Fundeb, que financia a educação básica,

mais importante etapa educacional das crianças e jovens, não estará limitado pelo teto.

- **O Fies e o salário-educação também não serão limitados pelo teto de gastos.**
- **Não existe limite máximo para despesa com saúde e educação.** O que existe é uma proteção desses setores com a preservação do gasto mínimo, que será corrigido todos os anos pela inflação. Se esta regra estivesse sendo usada desde 2013, o gasto mínimo com saúde seria atualmente de R\$ 10 bilhões acima do valor atual; e, no caso da educação, estaria R\$ 4 bilhões acima do valor atual. Isso ocorre porque a regra vigente não protege os gastos desses setores em períodos de recessão, quando a receita pública cai. A nova regra resolve esse problema e protege a saúde e a educação de cortes de verbas.



- **A proposta do relator Darcísio Perondi eleva a despesa em saúde para 15% da receita de 2017.** Este patamar

só seria atingido em 2020 pela legislação atual.

## OS MAIS POBRES

- **As maiores vítimas do desemprego são os mais pobres.** No primeiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego entre os 10% mais pobres era de 20%, enquanto no topo da pirâmide o desemprego era de apenas 2%.
- **Os pobres sofrem muito mais intensamente as dores do desemprego.** Eles têm menos poupança para ajudá-los a atravessar o período de desemprego. Dispõem de pouco patrimônio para vender. Têm dificuldade de obter crédito para financiar o período em que estão sem renda.
- **O orçamento tem gordas dotações que beneficiam estratos sociais mais altos:** subsídios para grandes empre-

sas, bolsa-empresário e muito mais. Controlando-se a expansão desses gastos, restarão mais recursos para financiar programas que efetivamente atendem os pobres.

- **Se o País quebrar, não serão os bancos e os grandes investidores os perdedores.** Toda família que tem dinheiro no banco tem parte da sua economia aplicada em títulos públicos. Quem vai perder são os poupadores, os funcionários públicos, que não receberão os seus salários, os aposentados e pensionistas, que não receberão pagamentos em dia.

# INVESTIMENTOS PRIVADOS

- **A queda dos juros também aumentará a viabilidade dos investimentos privados em concessões de infraestrutura.**

Ficará mais barato tomar dinheiro para investir em estradas, portos, saneamento e transporte público. Isso contribui tanto para o crescimento quanto para o equilíbrio fiscal.

- **Quem cria riqueza no País é o setor privado.** Quando o governo aumenta impostos para financiar mais gasto público, estamos tirando dinheiro de quem cria novas riquezas. Em consequência, o País cresce menos, gera menos empregos e fica mais difícil tirar as pessoas da pobreza.

# O PAPEL DO CONGRESSO

- **A PEC recupera o protagonismo do Congresso na definição do orçamento.**

Atualmente, a vinculação excessiva de receitas por lei define automaticamente o destino dos recursos, sem ser necessária a decisão do parlamento. Além disso, há uma estimativa irrealista das receitas, que permite a fixação de despesas também irrealistas. Na hora da execução, o orçamento é contingen-

ciado e as escolhas do Legislativo não são respeitadas. Com a PEC, o que for orçado será efetivamente executado.

- **Há quem diga que basta fazer o Banco Central baixar os juros que a despesa do governo diminui.** O governo fez isso entre 2011 e 2013, e o resultado foi mais inflação e baixo crescimento. Juros altos não são a causa do problema,

eles são a consequência. Devedor de risco alto paga juro alto. Isso vale para o cidadão, e também vale para governo. Quem está com o nome sujo só toma empréstimo caro.

- **Governo que não controla as contas gasta mal.** Entre 2004 e 2014, a despesa do Ministério da Educação triplicou, mas isso não se refletiu no aprendizado dos alunos. O Índice de Desenvolvi-

to da Educação Básica do ensino médio mantém-se em 3,7, quando, pela meta estabelecida, já deveria ter chegado a 5,2. A fixação de um teto de gastos induzirá a administração pública, sujeita a maior controle do gasto, a buscar eficiência, beneficiando a todos. O Ministério da Saúde já deu a largada: com medidas gerenciais e renegociações de contrato, reduziu seu gasto anual em mais de R\$ 1 bilhão.

FUNDAÇÃO  

---

**ULYSSES**  

---

G U I M A R ã E S

